



Fundação Nacional do Índio — FUNAI
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

**RELATÓRIO DO DIAGNÓSTICO
AMBIENTAL - PARTE LESTE
DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI
PORT. 158/PRES/96.**

I. INTRODUÇÃO.

O presente trabalho foi concebido em cumprimento às determinações contidas na Portaria nº 158, de 9 de abril de 1996, da Presidência da Fundação Nacional do Índio - FUNAI (anexo-I), publicada no Diário Oficial da União, em 15 de abril de 1996, com a finalidade de complementar os trabalhos determinados pela Portaria nº 174/PRES/95, de 10 de março de 1995, objetivando a revisão e atualização dos dados referente a Terra Indígena Vale do Javari. Nesse contexto cabe ressaltar que nossa participação como técnico responsável pela diagnose ambiental, restringiu-se territorialmente à parte leste/sul da supracitada Terra Indígena (T.I.). Assim sendo, cumpre-nos esclarecer desde já que, os resultados obtidos neste trabalho, em se tratando de características ambientais, não devem ser extrapolados para toda T.I. em tela, sob pena de incorrermos em graves erros de interpretação. Isto porque os fatores ambientais da extensão total dessa T.I., cerca de 83.300 Km², demonstram diferentes níveis de intensidade, de magnitude e significância, no tocante a processos de degradação ambiental, especialmente no que se refere a variável sócio-econômica; os quais tenderiam ao mascaramento ou superdimensionamento, se considerados em apenas uma parte, ainda mais quando não se sabe se essa parte é representativa do todo.

Outro aspecto que se torna pertinente registrar, diz respeito a evidentes falhas de comunicação e de sincronia, partindo da coordenação do Grupo de Trabalho (G.T.), que acabaram refletindo significativamente nos procedimentos técnicos de aferição dos parâmetros estruturais e qualitativos da floresta investigada, visto que, nessas condições tivemos de improvisar no sentido de superar aos estorvos, sem contudo acarretar deformações técnicas na essência do estudo encomendado. Por exemplo, tivemos de realizar nosso trabalho sem material técnico apropriado, e o mais importante, sem a atuação de um mateiro (prático de identificação botânica) que nos auxiliasse na identificação empírica das espécies florísticas. Embora, frise-se bem, tais solicitações tenham sido manifestadas, em tempo hábil, à essa coordenação; porém, sem o atendimento devido. Nesse particular, vale registrar a atuação dos indígenas como auxiliares e informantes, no levantamento biótico, de extraordinária importância, notadamente na identificação das interações existentes entre a cultura Canamari e a floresta, seus elos de ligação, as formas de uso, as influências e pressões externas motivadas pela exploração madeireira, etc. Nesse caso, a única dificuldade sentida deu-se na diferenciação de linguagem, ou seja, pela minha ignorância total da língua Katukina, falada pelos Canamari, assim como, pela limitação dos indígenas em língua portuguesa. Devido a isso, a identificação de algumas espécies com denominação não-indígena ficara sem efeito. Até que ponto isso representou algum tipo de prejuízo a diagnose? Acreditamos que nenhum, se considerarmos o caráter desse trabalho, em escala de reconhecimento, onde as observações e informações sobre os atributos florísticos devem ser genéricas, no sentido preciso da identificação das classes de formações vegetacionais, que servem de habitat necessário à reprodução física e cultural dos indígenas. Entretanto, se considerarmos questões de natureza ecológica, específicas e minuciosas, então os prejuízos são altamente significativos.

Por outro lado, com referência às questões fundiárias e ambientais, o processo de identificação e delimitação dessa T.I. já vem se arrastando oficialmente desde 1980, conforme atesta o Relatório GT-Área Indígena Vale do Javari (Melatti, 1980); e, desde 1979, já era do conhecimento da FUNAI os casos de infiltração e franca atuação de madeireiros na *bacia do Jutaí* e seus afluentes, *Curuena*, *Jutaizinho*, e *Seguaia*. A propósito, em decorrência de nossa atuação neste G.T., encaminhamos denúncia formal ao gerente da ADR de Manaus, solicitando o combate efetivo à prática de comércio ilegal de madeiras, no âmbito da *Aldeia Indígena Queimado*, região do Alto Jutaí (anexo-II).

Em 1985, outro G.T. constituído pela Portaria nº 1849/E de 28.03.85, fôra deslocado àquela T.I. com a finalidade de proceder estudos etnográficos e fundiários, após terem eclodido graves focos de conflitos, envolvendo índios e não-índios com resultados funestos para ambas as partes; esse trabalho culminou na interdição, e retirada de todos os ocupantes e invasores da área, através da Portaria nº 1849/E de 08.04.1985.

Em 1995, após 10 anos de interdição, ainda pairavam dúvidas relacionadas a limites e à presença de índios isolados nessa área; tais fatos ensejaram ao governo federal, via FUNAI, reabrir a discussão em torno da questão indígena Vale do Javari, patrocinando novos trabalhos de campo, visando reaver e atualizar dos dados referentes a essa T.I. Todavia, os respectivos trabalhos, inclusive o levantamento ambiental⁽¹⁾, não foram realizados na extensão total da área, ficando por fazer a sua parte oriental, situada à montante do *Rio Jutaí*, a partir do *Rio Curuena*, até as cabeceiras do *Rio Jutaizinho*. Após um ano de interrupção dos trabalhos, retoma-se agora, através deste GT, novos rumos à Proposta Vale do Javari, no sentido de sua tão almejada regularização; desta feita, incorporando, ao seu contexto, este Diagnóstico, que ora relatamos.

Assim, diante dessa situação encontrada, considerando todos estudos de identificação e delimitação já realizados nessa T.I., percebe-se claramente que, para este GT, restava somente a construção de mais uma proposta, cuja resultante apontasse para uma das três direções:

1. a manutenção das condições e dimensões espaciais constantes nas propostas anteriores, de 80 e 85;
2. a ampliação da área proposta como T.I.;
3. a redução da área proposta como T.I.

Sob a ótica ambiental, acreditamos que o caminho mais estável, e prudente a ser seguido, seja aquele que harmonize os interesses conflitantes de índios e não-índios, com base em critérios justos e isentos, em relação aos usos dos recursos ambientais⁽²⁾ tanto por índios quanto por não-índios, afinal todos são brasileiros sob a proteção e amparo de uma mesma Constituição Federal. Nesse caso, devem ser correlacionados os fatores preponderantes de interação sócio-cultural, considerando as mais diversas formas de relação homem/natureza, visando a definição clara desses critérios. Por exemplo, as propostas anteriores de 1980 e 1985, recomendavam uma extensão de terras igual a 8.338.000 ha para os 12 povos habitantes dessa T.I. Por sua vez, este GT, segundo

⁽¹⁾ Convém ressaltar que em nenhum dos GT's anteriores fôra realizado qualquer levantamento ambiental nessa área.

⁽²⁾ Recursos Ambientais : Conjunto de bens naturais potencialmente econômicos, disponíveis no ambiente, constituído por elementos do subsolo, do solo, da água, da fauna e da flora.

indica o memorial descritivo em anexo (anexo- V), redefiniu os limites antes sugeridos, recomendando a ampliação da área para 8.356.418 ha, portanto, incorporando mais 18.418 ha. Sendo que, tal decisão não fôra discutida democraticamente dentro do GT, nem tão pouco contou com a participação indígena. Ademais, do ponto de vista ambiental, pelo que observamos, o trecho incorporado apresentou níveis críticos de degradação ambiental, em decorrência das ações predatórias implementadas pelo extrativismo madeireiro, pelas práticas agrícolas itinerantes, entre outras ações desenvolvidas por ocupantes não-índios (ribeirinhos) que habitam nas margens do Jutaizinho, com repercussões altamente negativas aos elementos da fauna silvestre e aquática. Além do que, notou-se também sintomas velados de tensão social que certamente irão afetar aos indígenas, na forma de represálias, no caso de retirada dos ocupantes e exploradores, nessa faixa de terras antropisadas.

II. DESENVOLVIMENTO.

2.1. Diagnóstico Ambiental da Área do Estudo.

2.1.1. Localização.

Essa parte da T.I Vale do Javari, aonde se desenvolveu o presente trabalho, corresponde ao seu limite sudeste, estende-se por uma faixa de terras situada entre as bacias dos rios Jandiatuba e Jutaí, margeada predominantemente pelas do Jutaí, em direção à montante, a partir do seu tributário pela margem esquerda do Rio Curuena, até as nascentes do seu primeiro e principal formador, pela margem direita, o Rio Jutaizinho, que divide os municípios de Jutaí e Eirunepé, ficando localizada pro lado de Jutaí, no sudoeste do Estado do Amazonas (vide mapa de localização, anexo-III), entre os seguintes pontos de coordenadas:

: 05° 39' 03" S e 69° 23' 52" WGr.
: 07° 12' 05" S e 72° 18' 47" WGr.

O acesso a área constituiu-se em umas das principais barreiras que enfrentamos, sobretudo em função das grandes distâncias percorridas, para se chegar a T.I, em relação aos centros de decisão da FUNAI, neste caso, Manaus e Brasília. Apenas para dar uma idéia dessa situação, partindo de Tefé, nós passamos 21 dias de viagem para alcançar o Rio Curuena, o ponto inicial dos trabalhos de campo; e no 24º dia, chegamos na Aldeia Queimado, habitada por indígenas Canamari. E dessa aldeia até o último ponto dos trabalhos de campo, subindo o Rio Jutaizinho, demoramos mais 5 dias de viagem. Todo esse percurso fôra feito exclusivamente por via fluvial, pelos rios Tefé, Solimões, Jutaí, Curuena e Jutaizinho, onde utilizamos os seguintes veículos e equipamentos:

- barco-motor de 113 HP, fretado em Tefé;
- bote de alumínio, impulsionado por motor de popa de 25 HP, pertencente a ADR de Tefé;
- canoa de madeira, impulsionada por uma motor rabeta de 3,5 HP, pertencente a um ribeirinho do Rio Jutaizinho.

Outros meios de transporte utilizados nesta missão foram:

- de Belém para Manaus - transporte aéreo;
- de Manaus para Tefé - transporte aéreo;
- do ponto final dos trabalhos de campo para Eirunepé - caminhada de aproximadamente 11 horas;
- de Eirunepé para Manaus - transporte aéreo;
- de Manaus para Belém - transporte aéreo.

2.1.2. Metodologia.

Para o alcance dos objetivos deste trabalho, em sintonia clara com o texto da Portaria nº 14/Ministério da Justiça, de 9 de janeiro de 1996, adotou-se os seguintes procedimentos técnicos:

1. Análise Visual Comparativa.

Consistindo de observações no cenário ecológico, tanto no ambiente externo quanto no ambiente interno da área sob estudos. Dentro desse enfoque, adotou-se como termo de referência, para efeito de análise comparativa, a correlação de dados e resultados obtidos num trabalho similar realizado em dezembro de 1995, nessa mesma região, no contexto da Proposta de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Canamari do Matrinchã, ou seja, o limite a sudeste da T.I. Vale do Javari, pela margem esquerda do Jutaizinho, coincide com o limite a nordeste da T.I. Canamari do Matrinchã, pela margem direita do Jutaizinho. Desse modo, em razão dessas identidades e proximidades, de espaço e de tempo e, também considerando tratar-se de mesmo grupo étnico (Canamari), em certos itens, adotou-se, como pertinente e válido, o aproveitamento de certos dados referentes ao município de Eirunepé, no tocante ao ambiente externo, já contemplados na Proposta Canamari do Matrinchã.

2. Aplicação de questionários.

Com a finalidade de levantar certos aspectos, de funções ecológicas, pelo método de amostragem seletiva, dirigido ao meio rural, junto a grupamentos humanos (indígenas e não-indígenas) habitantes dentro e no entorno da área indígena proposta. Além desse, um outro modelo, dirigido ao meio urbano, com o fito de conhecer aspectos gerais ligados à sócio-economia do município.

3. Levantamento Florístico.

Pelo método de amostragem seletiva, a nível de reconhecimento para determinar classes de formações vegetacionais que ocorrem na área indígena, assim como, as formas de uso atual e suas potencialidades.

4. Pesquisas Bibliográficas.

Desenvolvida com a finalidade de levantar dados e informações preliminares, objetivando a caracterização do sistema ambiental referente aos componentes fisiográficos, bióticos e sócio-econômicos, como indicativos e pressupostos básicos à realização dos trabalhos de campo, bem como, à construção do Relatório do Diagnóstico Ambiental.

Nesse sentido foram consultados os seguintes trabalhos:

- PROJETO RADAMBRASIL. Folha SB.19. Volume 15. DNPM, Rio de Janeiro, 1977.
- RELATÓRIO FINAL - GT Canamari/Port. nº 1152. Referência: DIAGNÓSTICO AMBIENTAL, Belém, 1995.

Além do que, foram feitas incursões técnicas junto às seguintes entidades, em Manaus:

- Agência do IBGE;
- Agência do SEBRAE;
- Secretaria do Planejamento do Amazonas;
- Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal.

2.2. Caracterização do Sistema Ambiental da Área do estudo.

2.2.1. O Subsistema Físico.

Naquilo que se refere a geologia, segundo a literatura, a Província Estrutural Amazônica (Almeida et alli), que abrange a área estudada, litologicamente, encontra-se lajeada sobre material rochoso de natureza sedimentar, a partir de depósitos pluviais, fluviais e fluvio-lacustres, cuja unidade geológica é a Formação Solimões, do período terciário, idade do plioceno ao pleistoceno, associada a Formações de Depósitos Aluviários, do quaternário, idade do holoceno. A composição mineral da formação dominante é constituída de argilitos, silticos e siltitos, maciços ou finamente laminados de concreções carboníticas; lentes de calcarenito e linhito. E em extensões menores a presença, a presença de arenitos, de micáceos e minerais opacos. Tais características indicam a ocorrência dos seguintes minerais: - linhito, argilas, areias, caulim e gipsita. Porém, devido a limitações de ordem técnica, não foi possível apreciar qualidade e quantidade dos respectivos materiais, visto que, essa apreciação dependeria de uma análise especializada em geologia econômica, assunto inteiramente fora do nosso domínio profissional. Por outro lado, em termos concretos, verificou-se a presença

expressiva da atividade garimpeira mecanizada, explorando ouro ao longo do Médio Jutai e seus tributários Bóia e Mutum. Todavia, segundo informações, no inverno deste ano, algumas dragas e balsas garimpeiras estiveram em expedição de "pesquisa" também no leito do Rio Curuena, de influência direta para a área indígena. Porém, segundo os mesmos informantes, os resultados alcançados, não teriam sido compensadores, face a baixa produção aurífera.

De acordo com a Classificação Geomorfológica, desenvolvida nos trabalhos do Projeto **RADAMBRASIL** (Franco & Moreira, 1977), a área sob estudos encontra-se assentada num domínio morfoestrutural, que integra fatores geológicos, graus de dissecação, índices de drenagem e níveis altimétricos, consolidado em três Unidades Morfoestruturais, que configuram as feições dominantes do relevo regional, com as seguintes formas:

- Planície do Rio Jutai;
- Depressão Rio Acre - Rio Javari;
- Planalto Rebaixado do Rio Jutai.

A Planície do Rio Jutai, configura-se pela sua posição adjacente aos cursos d'água, recebendo influência direta das enchentes e vazantes desses caudais, em função das estações climáticas dominantes na região, ou seja, o inverno, período mais longo dominado por chuvas intensas; e o verão, período mais curto e menos chuvoso. Esse complexo hidro-climático determina feições geomorfológicas, e condições mesológicas localizadas, que se diferenciam mediante os seguintes aspectos:

- **Planície Fluvial Permanentemente Inundada** - áreas conhecidas pela denominação regional de Igapós
- **Planície Fluvial Periodicamente Inundada** - áreas conhecidas pela denominação regional de Várzeas.
- **Terraço Fluvial** - áreas conhecidas pela denominação regional de Várzea Alta.

No geral, o domínio da Planície do Jutai, acompanha todo o rio homônimo, e seus principais afluentes, estendendo-se por uma faixa marginal variável entre 8 Km a 10 Km em ambos os lados. No sentido mais a montante, os meandros se desenvolvem no interior da planície; às vezes articulados ao leito dos rios, na forma de paranás e colmatada; outras vezes, isoladamente, originando os lagos de meandro, corpos d'água bastante frequentes nas bacias e planícies sedimentares. Inclusive, no caso em pauta, reputamos como sendo de importância estratégica à manutenção do abastecimento alimentar, da população indígena, a encampação de doze lagos, dentro dos limites da Área do estudo, a partir do Lago Sacado (denominação indígena), no sentido da confluência Jutazinho/Jutai para a Aldeia Queimado, ocupação imemorial dos Canamari.

As cotas altimétricas da planície, segundo a literatura, variam em torno da média de 65 m aumentando suavemente à medida que se aproxima da terra-firme.

A unidade Depressão Rio Acre-Javari compreende uma parte bastante expressiva da área estudada, e caracteriza-se por apresentar topografias rebaixadas, porém, mais elevadas que as planícies, estendendo-se lateralmente contornando os

planaltos no sentido leste a oeste, atingindo os altos cursos dos afluentes do Rio Solimões, incluindo-se o Jutai. As cotas altimétricas variam entre 80 m a 200 m. Nesse tipo de relevo, a forma morfológica mais marcante, pertence à categoria de colinas com talvegues, com intensidade muito fraca de aprofundamento de drenagem e os interflúvios curtos, com dimensões raramente superiores aos 250 m; e topos acentuadamente convexos, com declividades variando entre 8% a 20%, cujas extensões vão aumentando na direção do planalto.

O Planalto Rebaixado da Amazônia Ocidental ocupa a maior extensão da área em tela. Segundo a literatura (Projeto **RADAMBRASIL**, 1977), essa unidade apresenta uma fisionomia topográfica marcada por terrenos elevados, de topos aplainados (interflúvios tabulares), e com diferenças de extensão das formas de dissecação do relevo, que diminuem conforme vão se aproximando dos rios, observando-se assim, além do relevo dissecado em interflúvios tabulares, áreas de colinas e cristas, que em termos concretos configura o tipo de relevo forte ondulado. A litologia dessa área compõe-se de argilitos, siltitos, arenitos e linhitos, idade do plio-peistoceno pertencente à Formação Solimões, do terciário, cuja altimetria média gira em torno de 120 m.

Sobre tais modelados ocorre uma variedade de unidades pedogenéticas, que deriva da interação de multifatores ligados a litologia, ao clima, ao relevo e vegetação, que, ao final, determinam os mais variados tipos de solo. Desse modo, foram detectados o predomínio das seguintes classes de solo:

- **Podzólicos Vermelho Amarelo:** Ocorrem em áreas deprimidas e em áreas de planalto. Resultam dos processos de intemperismo sobre rochas sedimentares, de idade plio-pleistocênica, com o predomínio de argilitos, siltitos e arenitos, pertencentes à Formação Solimões. Geralmente são solos eutróficos, profundos apouco profundos, bem a mal drenados, com argila de alta atividade, incluídos na categoria de horizonte B textural. Apresentam grandes variações em suas características físicas, químicas e morfológicas, e de fertilidade natural, podendo demonstrar propriedades favoráveis ao desenvolvimento das plantas em alguns locais, enquanto que, em outros sítios, há limitações ao uso agrícola. A literatura cita que nas regiões de Planalto Rebaixado, ocorrem formas associadas de Podzol Vermelho Amarelo com Laterita Concrecionária Hidromórfica, álica, argila de atividade baixa e textura argilosa; basicamente, com semelhantes características, já descritas para as formas puras de podzol, com a única diferença centrada nas limitações ao uso agrícola. Nesse caso, tais deficiências podem ser compensadas ou corrigidas através de manejo apropriado, com a adoção de cultivos permanentes, preferencialmente assentado em sistemas de produção agro-florestais.

Em termos gerais, segundo o Sistema de Classificação de Potencialidade Agrícola, adotado pelo IBGE, tais solos incluem-se na Classe de Potencialidade Regular.

- **Hidromórficos Gleysados:** Ocorrem nas áreas de planícies inundáveis. São formados pela deposição de sedimentos, que são transportados pelas águas dos rios e das chuvas. Genericamente são solos muito argilosos, eutróficos ou álicos, e de alta fertilidade natural. Porém, devido a problemas de excedentes de água, durante parte do ano, tornam-se impróprios para culturas perenes.

A rede hidrográfica local, na faixa dos estudos, é composto pelo caudal principal, o Rio Jutai, tributário da margem direita do Rio Solimões, e pelo seu principal

formador do flanco direito, o Rio Jutaizinho e seus afluentes a montante. Todavia, em escala regional, essa bacia de drenagem encontra-se articulada a outras, que integram-se constituindo a Macro Bacia do Alto Solimões, entre as quais ressaltamos as bacias do Juruá e do Javari, por suas extensões internacionais. Formando uma rede de drenagem de padrão dentrítico e sub-dentrítico, em que aparecem articulados aos cursos de maior leito, outros de menor tamanho. Ainda fazem parte dessa drenagem, lagos, ilhas, meandros e furos sazonais.

As condições climáticas dominantes no local mostram que, essa área encontra-se numa faixa intermediária dos tipos climáticos B4 e B3, de características úmidas e quentes, com variação pluviométrica e termal pertencente ao segundo megatérmico, conforme classificação de Thorntwait & Matter (1959). em termos práticos, os fenômenos climáticos da região se expressa, de forma sensível através de duas estações bem distintas: o inverno, configurado por um período constante e intenso de chuvas durante a maior parte do ano (de outubro a maio); e outro, configurado por chuvas intermitentes, menos chuvoso, que corresponde ao verão regional (de junho a setembro). Segundo o sistema de classificação climática de Kopen, o domínio climático da região pertence ao grupo A (tropical chuvoso), abrangendo os tipos climáticos Am e Af. Apresenta temperaturas médias anuais normalmente acima de 18° C, limite térmico determinante ao desenvolvimento fisiológico de muitas plantas tropicais. Como é o caso da floresta equatorial amazônica, especialmente no tocante ao favorecimento da dinâmica de crescimento e de regeneração natural da floresta, em função das altas temperaturas e elevados índices pluviométricos.

A temperatura média compensada oscila entre 24,5 ° C a 25,5° C, com as médias máximas de 30,5° C a 31,5° C, à sombra, que ocorrem no período mais chuvoso. E as mínimas variando entre 19° C a 21° C, que ocorrem no período menos chuvoso. Os índices pluviométricos registram valores médios anuais entre 2.500mm a 2.750mm.

Outro aspecto a ser ressaltado, refere-se ao regime hiorológico das bacias regionais, visto que, na estação chuvosa ocorre o transbordamento dos ambientes aquáticos e depressivos, enquanto que, na estação seca, o volume dos corpos d'água diminuem, significativamente, em certos casos, atingindo níveis zero, prejudicando, ou até mesmo impossibilitando a navegabilidade das hidrovias regionais. Todavia, é nesse período que se dá a grande fartura de produtos extrativos de natureza alimentar, aos indígenas e ribeirinhos do Jutai/Jutaizinho.

As condições atmosféricas locais não demonstram qualquer fenômeno anormal ou fato de relevante significado ambiental, visto que, a situação de difícil acesso e relativo isolamento da área, confere aos seus componentes ambientais, interna e externamente, estágios atmosféricos situados na faixa do ótimo ecológico.

2.2.2. O Subsistema Biótico.

A região ecológica amazônica, na qual situa-se a Área do estudo, pertence ao domínio da Zona Florística de influência tropical, denominada Zona Neotropical (Drude, 1889), que se caracteriza por apresentar um certo grau de endemismo, entre e dentro das

espécies vegetais, desde o taxon família, até variedade. Todavia, a característica ecológica principal, da região investigada, reside no tipo de vegetação que reveste seus solos, marcada genericamente pela presença de Formações Florestais, cuja predominância é exercida pela Floresta Equatorial Amazônica, também denominada de Zona de Vida da Floresta Tropical Úmida.

A rigor, nas amostras visitadas, verificou-se um conjunto de comunidades florísticas, ou ecótipos, com elementos de vários portes e estágios de crescimento. Normalmente a estrutura florestal, nas amostras observadas, demonstrou cinco níveis de estratos fitossociológicos, onde agrupam-se as espécies: Oprimidas - Dominadas - Codominantes - Dominantes - Emergentes. Em termos gerais, as formações são de origem primitiva, intacta em sua grande parte, e constituída predominantemente por indivíduos arbóreos em todos os estratos. A nível de sub-bosque estão as espécies oprimidas e dominadas, compostas por arbustos (em crescimento ou terminais) e herbáceas. Além do que, verificou-se também, associações de floresta com cipós, com palmeiras, com sororocas e bambus. E muitas epífitas que vivem em relação harmônica, com as demais espécies vegetais, nos estratos superiores da floresta. Outro ponto interessante, a ser considerado, diz respeito a expressiva regeneração natural da floresta em todas as situações amostradas. Fatos que nos permite inferir que o quadro geral da vegetação investigada, na área em questão, encontra-se dentro dos limites da estabilidade ecológica. Apesar de, especificamente, haver alguns focos isolados de problemas decorrentes de falta de assistência técnica aos indígenas, nas atividades que desenvolvem os usos atuais, do solo e da floresta. Em especial no tocante às questões de exploração madeireira e de práticas agrícolas.

Dentro das limitações e condições ofertadas, realizou-se um levantamento florístico de reconhecimento, através de quatro amostras localizadas arbitrariamente, em ambientes de Várzea e de Terra-Firme. E contando com o apoio de indígenas Canamari. A listagem e características qualitativas de algumas espécies constam na Tabela-I (Anexo-IV).

Convém registrar ainda, a necessidade futura de se proceder estudos complementares, relacionados ao tratamento das espécies endêmicas, das ameaçadas de extinção, de valor científico, assim como, dos estudos relacionados a volumetria da floresta, o que, desta feita não foi possível realizar.

Desse modo, com base nas observações de campo, e ajustadas ao Sistema de Classificação Fito-Ecológico criado pelo IBGE, detectou-se os seguintes tipos de vegetação, na Área do estudo:

- **Floresta Ombrófila Densa Aluvial** - que se estende revestindo naturalmente as áreas de origem quaternária, correspondentes aos Terraços Fluviais (várzeas altas) influenciados ou não pelas enchentes dos rios.
- **Floresta Ombrófila Aberta Aluvial** - que ocupa as áreas de planície inundadas (Igapós), inundáveis (várzea baixa) e terraços.
- **Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas** - que reveste as áreas de planalto, nos topos aplainados dos interflúvios tabulares, nos interflúvios dissecados em colinas e cristas, assim como, nos terrenos dissecados de relevo fortemente ondulado.

• **Floresta Ombrófila Aberta das Terras Baixas** - Espalha-se pelos terrenos depressivos e nas encostas dos planaltos de sedimentos terciários, demonstrando alta incidência de palmeiras e sororocas, nos terrenos entrecortados por pequenos flúvios; assim como, a presença de cipoal e bambuzal, associados, em terrenos secos, a medida em que se elevam no rumo do planalto, sendo incorporada pela floresta densa.

No entanto, percebe-se claramente que o domínio ecológico das formas vegetacionais existentes na Área do estudo é de natureza florestal, com a dominância espacial da formação Floresta Ombrófila Densa, associada a porções de Floresta Ombrófila Aberta com Palmeiras.

As espécies mais conhecidas, em termos madeireiros, que ocorrem nas formações de planícies e terraços aluviais, são as seguintes:

- Sumaúma (*Ceiba pentanfra*);
- Ucuuca da Várzea (*Virola surinamensis*);
- Andiroba (*Carapa guianensis*);
- Copaíba (*Copaifera multijulga*);
- Maçaranduba (*Manilkara sp.*);
- Assaçu (*Hura creptans*);
- Macacaúba (*Platymiscium duckei*).

É exatamente nessas formações onde situam-se as maiores intensidades de exploração madeireira; sobretudo pelas facilidades de acesso e de escoamento de produção, proporcionadas pelos biótipos das várzeas, nessas condições, mais viáveis financeiramente do que na terra firme.

Nas Formações de Terra Firme, dentre as espécies mais valiosas em termos madeireiros, destacam-se as seguintes:

- Cedro-vermelho (*Cedrela odorata*);
- Cedrorana (*Cedrelinga cateniformis*);
- Paricarana (*Bowdichia virgilioideas*);
- Itaúba (*Mezilaurus spp.*);
- Ucuuba da Terra Firme (*Osteophloeum platyspermum*);
- Jarana (*Holopyxidium jarana*).
- Jutaí-açu (*Himenae courbaril*).

Cabe salientar também que, o modelo de exploração madeireira, em terra-firme, concentra-se basicamente na espécie Cedro-vermelho, de forma menos intensa em comparação com a várzea. Segundo informações do Sr. Paulo Libeck, ex-servidor da FUNAI e madeireiro atuante na região, hoje em dia os negócios madeireiros já não são tão lucrativos, principalmente em razão de três fatores preponderantes: as distâncias de arraste da madeira (cedro-vermelho); as dificuldades de escoamento; e, as deficiências tecnológicas no trato com a floresta. Na verdade, a atividade madeireira, em áreas de

terra-firme, no Estado do Amazonas, ainda encontra-se em estágios incipientes, especialmente no que se refere à exploração mecanizada, assim como, a falta de conhecimentos tecnológicos no uso atual das florestas. A despeito do potencial madeireiro imensurável das florestas amazonenses.

De outro flanco, verificou-se também algumas espécies de significativo valor cultural ao grupo indígena, em razão de seus usos e costumes privativos, notadamente na obtenção de alimentos, na construção de ocas e similares; na armação de canoas; nas fortificações; na utilização farmacológica; na produção artesanal, etc. (Vide Tab.-1). Dentre essas espécies, destacam-se:

- As Palmeiras :
 - Açaí (*Euterpe spp*);
 - Patauá (*Jessenia bataua*);
 - Bacaba (*Oenocarpus bacaba*);
 - Buriti (*Mauritia flexuosa*);
 - Caranã (*Mauritia huebneri*);
 - Pupunha (*Bactris speciosa*);
 - Tucumã (*Astrocaryum spp*);
 - Ubim (*Geonoma spp*);
 - Paxiuba (*Socratea exorrhiza*);
 - Paxiubinha (*Iriartella setigera*);
- Abioranas (dos gêneros *Lucuna*, *Pouteria*, *Micropholis*);
- Ingá (*Inga spp*);
- Cacaui (*Theobroma silvestris*);
- Cupuí (*Theobroma subincanum*);
- Mata-matá (*Eschweilera spp*);
- Andiroba (*Carapa guianensis*);
- Copaíba (*Copaifera multijulga*);
- Cedro ou Cebola do Mato (*Cedrela odorata*);
- Amapazinho (*Brosimum utile*);
- Guariúba (*Clarisia racemosa*);
- Itauba (*Mezilaurus spp.*);
- Carapanauba (*Aspidosperma spp.*);
- Taxis (dos gêneros *Tachigalia* e *Sclerolobium*);
- Tauari (*Couratari spp.*);
- Ervas e cipós (não identificados botanicamente).

Trata-se de uma infinidade de plantas usadas como remédios e alucinógenos, na forma de chás, inalações e banhos. Há também a associação de cipós + ervas usadas na síntese de venenos colocados nas pontas de flechas para imobilizar as caças, ou então, como anestésiantes usados em suas práticas de pesca e na defesa territorial.

De forma genérica, as formas variadas de vegetação observadas na Área do estudo, demonstra amplas possibilidades e potencialidades de utilização, objetivando ao tão propalado desenvolvimento sustentado da comunidade indígena. Porém, desde que, sob condições restritas de manejo auto-sustentado da floresta. Ou seja, através de um modelo gerencial aplicado às Florestas Indígenas, que identifique e viabilize ou usufruto

predatória, como são os casos: do pirarucu (*Xiphostoma cuvieri*); do matrinhã (*Brycon matrichao*); do tambaqui (*Myloplus sehomburkii*); do surubim (*Platystomatichthys sturio*), entre outros. Notamos uma forte pressão da atividade predatória de pesca, na bacia do Jutaí e seus afluentes, especialmente dos chamados peixes lisos, tais como, a piraíba, a pirarara, o dourado, o surubim, etc., que são contrabandeados. Mesmo assim, observamos certa fartura de peixes na pródiga fauna ictiológica do Rio Jutaí.

- **Aves** : habitam basicamente nas áreas de planície inundada, explorando o leito e as margens dos cursos d'água. Merecem destaque: os marrecos (*Nettion brasiliensis*); o pato-da-várzea (*Cairina moschata*); as garças (*Casmerodius albus egretta*); as ciganas (*Opisthocomus hoazin*). Funcionam no patamar intermediário, servindo de alimentos para consumidores secundários e terciários.

- **Mamíferos** : localmente, está representada pelas Ordens Cetácea, Sirenia e Rodentia; respectivamente, o bôto (*Inia geoffrensis*), o Peixe-Boi (*Trichechus inunguis*) e a capivara (*Hidrochoerus hidrochoeris*). O bôto explora principalmente os canais do Rio Jutaí e afluentes. O Peixe-Boi e a capivara, preferem as áreas submersas e alagadas, em especial, aquelas revestidas de canaranas (*Echinlochloa spectabile*). Fazem parte também dessa classe, a ariranha ou onça-d'água (*Pteronura brasiliensis*) e as lontras (*Lutra platensis*).

Nos ambientes terrestres verificou-se as seguintes Classes:

- **Artrópodes**: Mais diversificadas que nos ambientes aquáticos, encontra-se representada por muitos insetos, donde destacam-se os mosquitos hematófagos, moscas, besouros, mariposas, abelhas, formigas, aranhas, centopéias e gafanhotos. Estes animais estão presentes em quase todos os estratos da floresta; embora tenhamos observado formigas cortadeiras (saúvas), cupins, centopéias, e besouros saprófitas, que exploram preferencialmente o solo florestal.

- **Anfíbios**: Observou-se a presença de anuros e batráquios nos pavimentos baixos da floresta, funcionando como principais controladores das populações de determinadas espécies de dípteros, lepdópteros e ortópteros.

- **Aves**: Habitam todos os patamares da floresta. Nos estratos mais altos, verificou-se a presença de beija-flores (*Augastes sp.*), araras (*Ara chloroptera*) e guaruba (*Guaruba guarouba*), papagaios (*Amazona spp.*), periquitos (*Pionopsittas spp.*), entre outros pássaros de voo longo, geralmente em busca de alimento, chocamento e abrigo. Os tucanos (*Ramphastos spp.*); o urubu-rei (*Sarcoramphus papa*); o Gavião-Real (*Harpia Harpya*), entre outros voadores de curta distância, que exploram as árvores emergentes. Enquanto que, os estratos intermediários são explorados por mutuns (*Crax spp.*); Jacus (*Penelope jacucaca*); gaviões (*Leucopternis spp.*); corujas (*Pisorhina spp.*), etc. E, a nível de sub-bosque, ocorre a presença de nambus (*Crypturellus spp.*), jacamins (*Psophia crepitans*), e ocasionalmente mutuns.

- **Répteis** : Representada por diversas espécies de ofídios, peçonhentos e não-peçonhentos, dentre as quais destacam-se a surucucu (*Lachesis muta muta*), a surucucu-pico-de-jaca (*Lachesis Muta Noctivaga*), a jararaca (*Bothrops spp.*) e a jibóia

(*Boa constrictor constrictor*). Algumas espécies de Lacertílios também pertencem a essa classe de animais restejantes, que exploram o sub-bosque e o solo florestal. Completa o taxon, a única espécie de Testudinidae da fauna amazônica, encontrada com certa frequência em terrenos de depressão, conhecida pelo nome comum de jubutis (*Testudo tabulata*).

• **Mamíferos** : Esta classe abrange os animais superiores, e praticamente posicionam-se no ápice da pirâmide alimentar. Exploram quase todos os estratos florestais, geralmente em busca de alimento, abrigo e reprodução. Fazem parte desse elenco: preguiças (*Bradypus spp.*), guaribas (*Alouatta spp.*), coatás (*Ateles spp.*), cuxiú (*Chiropotes spp.*), macaco-barrigudo (*Lagothrix infumata*), macaco-prego (*Cebus spp.*), macaco-chuí (*Saimiris boliviensis*), macaco-de-cheiro (*Saimiris scinrea*), macaco-joque (*Saimiris cassiquiarensis*), macaco-cairara (*Cebus capucinus*), macaco-da-noite (*Aotus spp.*), cotia (*Dasyprocta sp.*), quatis (*Nasua narica*), quatiurus, onça-vermelha (*Felis concolor*), Onça-Pintada (*Phantera onca Palustris*), queixada (*Tayassu pecari*), porquinho (*Tayassu tajacu*), veado-vermelho (*Mazana spp.*), veado-roxo (*Blatocerus dichotomus*), irara (*Tayra barbara*), raposa (*Canis brasiliensis*), gato-maracajá (*Felis spp.*), jaguatirica (*Felis pardalis*), pacas (*Cuniculus paca*), anta (*Tapirus terrestris*), tatu-bola (*Tolypeutes tricinctus*), tatu canastra (*Priodontes gigantis*), tamanduá-açu (*Mirmecophago tridactyla*), mucuras (*Didelphis sp.*) e morcegos (*Desmodus infus e Vampirus spectrum*).

Nesse conjunto, há que se enfatizar ainda o caráter endêmico, segundo a literatura, marcante nas espécies que compõem a fauna silvestre (aquática e terrestre) amazônica. Fato bastante preocupante e que requer enes cuidados, diante de sumissos progressivos ou então de extermínios totais de espécies. em muitas partes da região amazônica. A guiza de ilustração, encontram-se nessa situação, de risco de extinção, em escala regional, entre outras, as seguintes espécies:

Mamíferos	Aves	Peixes
Queixada	Guaruba	Pirarucu
Porquinho	Gavião-Real	
Onça-Pintada	Urubu-Rei	
Gato-Maracajá		
Peixe-Boi		
Tamanduá-Açu		

Todas com ocorrência natural, na área de influência da proposta, mas segundo os próprios indígenas, ainda não demonstrando sinais de escassêz. Todavia, cabe advertir, desde já, que sejam adotadas medidas de controle ambiental, visando a efetiva proteção da fauna, dentro da Terra Indígena, tais como, Planos de Conservação e Preservação Florestal, e Operações de Combate ao Comércio Ilegal de Animais Abatidos ou Vivos. Em caso contrário, muitas espécies aparentemente abundantes, dentro de um curto a médio prazo, poderão desaparecer da área em foco, acarretando consequências indesejáveis à cultura alimentar dos indígenas.

2.2.3. O Subsistema Antrópico⁽³⁾.

Essa parte da Área do estudo, em que pese sua localização no município de Jutai, porém, fica mais perto e recebe influência direta da sede municipal de Eirunepé. Inclusive a comunidade indígena Canamari, da Aldeia Queimado, vem sendo "assistida" pelo Posto Indígena de Eirunepé. Por esta razão, torna-se conveniente considerarmos dentro deste subsistema, no tocante ao ambiente externo, os aspectos sócio-econômicos tanto de Jutai como de Eirunepé.

2.2.3.1. O Ambiente Externo: Aspectos Sócio-Econômicos de Jutai.

Jutai é um nome de origem tupi (yata'i), dado a uma árvore típica da floresta densa amazônica, uma leguminosa do gênero *Himennae*, também conhecida por jutai-açu ou jutai-miri, conforme o tamanho grande (açu) ou pequeno (miri) de seus frutos.

O município de Jutai, criado pela Lei nº 096 de 16.12.1955, pertence a Micro Região Administrativa Juruá-Jutai-Solimões, a sudoeste do Estado do Amazonas. Antes de sua criação, fazia parte do município de Fonte Boa. Sua extensão territorial abrange 68.881 Km², com uma participação relativa de 4,40 % sobre a área total do Estado. E a sua sede municipal dista aproximadamente 750 Km em relação a capital de Manaus. A população geral, segundo o censo-IBGE(90-91) contabilizava 14.890 habitantes, sendo 9.087 pessoas na área urbana e 5.803 pessoas na área rural. Ainda segundo o IBGE, com base numa taxa de natalidade de 2,5% a.a., em 1994, Jutai já contava com uma população geral estimada em 16.014 hab., com uma taxa de êxodo rural correspondente a 61%, mas que não chega a ser alarmante se considerarmos a baixa densidade demográfica do município, da ordem de 0,2 hab./Km².

Outro problema social preocupante, diz respeito ao imenso fluxo migratório, por que passa Jutai, basicamente, em função das atividades extrativas ora desenvolvidas nesse município, concentradas na exploração garimpeira, na exploração pesqueira e na exploração madeireira. Tais atividades estabeleceram um processo de migração nacional e internacional. Os migrantes nacionais, oriundos de outros Estados, onde já há um certo controle sobre as atividades garimpeiras e madeireiras, como Rondônia, Roraima, Pará, Maranhão, Goiás e Espírito Santo, agora estão atuando nessas atividades de forma espontânea e desordenada no Amazonas. Os migrantes internacionais, originários da Colômbia e do Peru, ocupam-se com as atividades pesqueiras. Em que pese tais atividades mobilizarem somas vultosas, em termos de geração de renda, no entanto, em termos de benefícios sócio-econômicos internalizados ao município, a contribuição é anti-social, anti-econômica e anti-ecológica, visto que, as produções auferidas pelos garimpeiros, madeireiros e peixeiros são totalmente externalizadas, restando para Jutai apenas os prejuízos econômicos, as mazelas sociais e danos inestimáveis ao patrimônio ecológico local. A propósito disto, convém enfocar o Art. 228 da Lei Orgânica Municipal de Jutai, que assim se expressa:

⁽³⁾ Antropismo : compreende as ações de natureza humana, sobre a natureza física e biótica, implicando no uso ou abuso dos recursos naturais, num determinado local, geralmente, por motivos econômicos, culturais, científicos e tecnológicos.

"...Para assegurar o equilíbrio ecológico, cabe ao município, entre outras medidas:

I -

II -

III -

IV - Proteger a fauna e a flora, vedadas na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetem os animais a crueldade;

V -

VI - Proibir na forma da Lei a extração de madeira para fins comerciais sem que tenha o aproveitamento total de acordo com as medidas padronizadas;

Parágrafo Único: *O Rio Jutai, desde sua cabeceira até a foz, bem como seus afluentes e suas matas, é reserva ecológica. sendo considerada área de preservação, manutenção e abastecimento do município. Revogando todas as leis pertinentes ao assunto....."*

Apesar desse amparo legal, em favor da sociedade e da natureza de Jutai, não observou-se qualquer tipo de controle sobre aquelas atividades retromencionadas, nem por parte da prefeitura municipal, tão pouco pelo governo estadual. A nível federal vimos atuando somente a Capitania dos Portos de Tabatinga, que fiscaliza o tráfego fluvial das embarcações nessa região do Alto Solimões.

A população nativa (residente), ocupa-se, em termos econômicos, principalmente com atividades dos setores primários e terciários, com uma concentração maior no primário, ligado às atividades de extrativismo da flora e da fauna (silvestre e ictiológica), via de regra, em bases predatórias. Afora isso, dedicam-se às práticas agropecuárias em pequena escala. Na pecuária, ainda incipiente, destacam-se pequenas criações de bovinos e suínos, além de galinhas, perus, patos e marrecos, destinados ao consumo local. Na agricultura, destaca-se a cultura de mandioca; seguido em menor proporção, por abacaxi, arroz, cana-de-açúcar, feijão, juta, malva, milho, malancia, e batata-doce. Entre as culturas perenes destacam-se : abacate, banana, cacau, côco, fumo, mamão, laranja, tangerina, limão, jambo e manga. No tocante a pescados, registra-se a coleta de espécies como : matrinhã, tambaqui, jaraqui, sardinha, pirarucu, pescada, tucunaré, e pacu, bastante consumidos localmente. O pirarucu e os peixes lisos são "comercializados" em Manaus, Tabatinga, e até em países vizinhos. No setor terciário, as formas mais importantes de ocupação de mão-de-obra local, encontram-se nas atividades de comércio em geral, e de prestação de serviços por entidades públicas (sobretudo prefeitura e órgãos estaduais) e entidades não-governamentais (CIMI, MEB, Pastoral da Terra, Sindicatos, OPAN). Assim como a prestação de serviços autônomos diversos, tais como, oficinas, cabeleireiros, costureiras, restaurantes e hospedarias.

No setor secundário, observou-se a instalação de uma indústria madeireira (beneficiamento primário), e de uma usina termoeletrica de geração e fornecimento de energia.

No que se refere à infra-estrutura básica, até o momento, a cidade de Jutai dispõe dos seguintes serviços:

- **Energia Elétrica** - com um sistema de produção e distribuição sob a responsabilidade da empresa estatal Centrais Elétricas do Amazonas (CEAM) pertencente ao governo estadual. A capacidade comercial está dimensionada em 787 consumidores.

- **Saneamento** - contando com apenas um serviço de abastecimento de água, sob a responsabilidade da Cia. de Saneamento do Amazonas (COSAMA). E há registro de 300 ligações.

- **Comunicação** - há uma agência postal da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e um posto telefônico mantido pela Empresa de Telecomunicações do Amazonas (TELEAMAZON).

- **Sistema Viário** - há apenas o sistema viário urbano da sede, composto de seis ruas principais e seis secundárias, pavimentadas com solocimento. As demais ruas encontram-se em seu leito natural.

No tocante a infra-estrutura social, observou-se o seguinte:

- **Educação** - na sede, a Secretaria de Educação do Amazonas (SEDUC) mantém duas escolas, ministrando ensino de 1º grau completo e supletivo. Na área rural, a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) mantém 48 escolas ministrando ensino de 1ª a 4ª série do 1º grau. Não há nenhum programa específico dirigido à educação indígena.

- **Saúde** - Encontram-se sob responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde (SESAU), que mantém uma unidade mista, com oito leitos, prestando serviços de saúde pública, obstetrícia, pequenas cirurgias, médico-ambulatorial, pediatria e pronto-socorro. Não há nenhum programa específico dirigido à saúde indígena. A nível federal, observou-se a atuação bastante precária da Fundação Nacional de Saúde (FNS), através do Sub-Distrito de Jutai, que vem prestando serviços de borrifação, colheita de lâminas, tratamento de malária, e coleta de insetos vetores de doenças endêmicas. Segundo o chefe da inspetoria desse Sub-Distrito, as doenças mais comuns no município são: hepatite, verminose, leishmaniose e malária.

Em termos gerais, o município de Jutai, representa mui bem a situação de contraste entre a riqueza potencial, através de seus recursos ambientais, e a pobreza real, através da ganância exacerbada de uns poucos, aliada a incúria do poder público em detrimento dos interesses coletivos, da maioria da população local. Aliás, essa situação é comum em todos os municípios dessa região, onde normalmente as vias de acesso são difíceis e as distâncias imensas são fatores que, de um lado, favorecem as ações de exploradores inescrupulosos e de governantes venais; e, de outro, limitam o desenvolvimento harmônico desses municípios. Cremos que somente um conjunto de medidas governamentais, de iniciativa federal, enfatizando a aplicação das Leis civil, tributária, trabalhista, agrária, ambiental e indígena, poderá implementar na região um estado de direito, em contrapartida ao estado presente, onde prevalecem as leis dos mais fortes em vez da força das leis.

2.2.3.2. O Ambiente Externo : Aspectos Sócio-Econômicos de Eirunepé.

A formação sócio-econômica de Eirunepé confunde-se com a história do primeiro ciclo da borracha, no Estado do Amazonas, período situado entre 1870 e 1911, "quando surgiram os primeiros neo-brasileiros ocupando a bacia do Juruá, organizados em frentes extrativas, cujo único objetivo era a exploração e a comercialização da borracha" (PMACI II, 1994). Mas, somente em 31.12.43 pelo Decreto Estadual n 1186/43, o município passa a existir oficialmente com a denominação atual de Eirunepé, uma expressão que significa "terra das baratas". Na verdade, quando chegaram os primeiros imigrantes, portugueses, nordestinos e alguns italianos, para colonizar pela extração do látex, essa região do vale do médio Juruá, eles depararam com os Canamari que, imemorialmente, ocupavam toda essa área encravada entre o Juruá e o alto Jutá. Porém, os índios foram sendo expulsos progressivamente para os interiores da floresta de planalto, uns cederam e se submeteram aos colonizadores seringueiros, outros resistiram e morreram, e mataram. Assim deu-se o início ao processo de ocupação das terras e da formação sócio-econômica de Eirunepé, cujo modelo político baseava-se no capitalismo deturpado, e no modelo operacional centrado no extrativismo predatório ou mercenário que visava exclusivamente a exploração comercial do látex das seringueiras (*Hevea brasiliensis*), árvores nativas muito freqüentes na composição da floresta de várzea e flanco em todo o vale do Juruá.

Atualmente, a atividade extrativa da borracha demonstra sinais claros de franca decadência, sobretudo porque a partir dos anos 80 houve queda progressiva dos preços do produto de seringais nativos, ademais o mercado atual vem dando preferência produto de seringais cultivadas do sudeste brasileiro e asiático. Em decorrência do fracasso econômico da heveicultura na região, hoje, a economia do município encontra-se mais aberta e diversificada através de outras atividades, porém o modelo político e operacional praticamente persistem os mesmos da época áurea da borracha. Segundo informações obtidas, via questionários, dentre as principais atividades que compõem o atual cenário econômico, em Eirunepé, no setor primário destacam-se, pela ordem de importância, a exploração madeireira, a exploração pesqueira, a cultura agropecuária, e a agricultura de subsistência. No setor secundário, observou-se certa expressividade no segmento oleiro/cerâmico, no beneficiamento primário da madeira, e na indústria de panificação. O setor terciário está representado pelo comércio varejista e atacadista; e também, por algumas agências de serviços em geral, inclusive 3 agências de bancos governamentais⁽⁴⁾

O custo de vida em Eirunepé muito elevado, em função de que, o município pouco produz e quase tudo vem de fora, somado a isso, as enormes distâncias dos centros fornecedores (Manaus-AM e Cruzeiro do Sul-AC), que abastecem a pequena cidade. Não há estradas de acesso a Eirunepé. Só existem duas maneiras de se chegar : por avião; a cidade possui um razoável aeroporto. E por via fluvial, de barco motorizado, que dependendo da época, a viagem poder ser mais ou menos demorada. Apenas para ilustrar, uma viagem Manaus-Eirunepé, no período chuvoso (inverno), pode demorar em média 16 dias. A rigor, esses dois fatores, a grande distância e a dificuldade de acesso, somado a inércia do poder público, constituem os principais problemas da sócio-economia

⁽⁴⁾ Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Estado do Amazonas.

de Eirunepé, os quais podem ser traduzidos em, isolamento social, falência econômica e contradição política.

As formas de exploração e domínio sobre os fatores de produto local, baseiam-se no modelo extrativista, predatório e ilegal, dos recursos ambientais, inclusive da mão-de-obra. bom lembrar que esse modelo encontra-se superado em qualquer parte do mundo, que respeite e valorize o social e a natureza; uma vez que, o extrativismo visa exclusivamente o lucro financeiro do capital, pela exploração irracional da natureza e o aviltamento da sociedade. Senão vejamos: Na exploração madeireira, observou-se que a atividade ocorre de forma desordenada, ao arrepio da lei, através de cortes seletivos ou rasos, sem reposição florestal, sem licenciamento ambiental, preferencialmente em ambientes de "várzea". As espécies mais procuradas são, a sumaúma(*Ceiba pentandra*), a copaíba(*Copaifera multijuga*), a maçaranduba(*Manilkara huberi*), a ucuuba(*Virola spp.*), etc. Quase toda a produção madeireira de Eirunepé externalizada, na forma de toras e no máximo pranchas, sem verticalizar-se e sem internalizar os benefícios econômicos e sociais, que poderiam ser gerados através dos impostos, de empregos regulares, da ampliação do mercado de trabalho e oportunidades, enfim, de melhores condições do nível da qualidade de vida, desse município, atualmente situado entre o precário e o sofrível para a maioria da população.

Na exploração pesqueira - o quadro verificado praticamente é o mesmo, caracterizado pela exploração irracional dos ecossistemas aquáticos, desperdícios de recursos pesqueiros, evasão de riqueza, sonegação de impostos, e exploração escorçante da mão-de-obra; enfim, malefícios à sociedade em geral.

No que se refere a exploração agropecuária, via de regra, a atividade envolve o comprometimento de grandes extensões de terras florestadas, que são sumariamente eliminadas e substituídas por pastos e/ou edificações, geralmente com finalidades especulativas, tanto assim que o pastoreio feito em regime extensivo. Não havendo nenhum tipo de tratamento relativo a controle ambiental das intervenções. Entretanto, pelas vias excepcionais, notou-se uma certa produção de bovinos, suínos, e galináceos, que contribuem o suficiente para o abastecimento do município, que consome tradicionalmente mais pescados. Contudo, a cultura agropecuária, em termos ambientais, evidencia condições anômalas que configuram essa atividade como uma das mais adversas ao bioma amazônico, especialmente quando a mesma desenvolve-se em ambientes inadequados, tal como verificou-se em Eirunepé.

A agricultura desenvolvida, no município, é basicamente de subsistência. Os colonos geralmente ribeirinhos, ex-seringueiros, cultivam na várzea entre outras culturas temporárias, o arroz, o milho, o feijão, melancia, etc. Na terra-firme eles cultivam a mandioca, a macaxeira, cana-de-açúcar e frutíferas(banana, laranja, abacate, jambo, etc.). A rigor, o município padece com problemas de auto-abastecimento, especialmente de grãos, inclusive da farinha de mandioca. Fora isso, verificou-se que não há nenhum tipo de assistência técnica ao homem do campo, que orientasse os agricultores como produzir melhor, sem comprometer as condicionantes de qualidade ambiental. De outras formas, também, é notória a ausência do poder público, no sentido da assistência e da promoção social, ao homem rurícola da região. São micro-produtores ribeirinhos e de terra-firme, que vivem em núcleos familiares, praticamente abandonados e isolados, sem ter como escoar suas produções, sem terem alternativas e oportunidades que promovam melhores condições de vida; enfim, sem usufruírem do mínimo em termos de serviços

públicos essenciais. Em certos aspectos, seus "modus vivendis" se assemelham bastante com o dos indígenas. Em razão disso, torna-se compreensível o elevado índice de êxodo rural, em Eirunepé, da ordem de 66% conforme dados fornecidos pela agência local do IBGE(censo de 91). A população estimada do município, ainda segundo o IBGE(1993), totalizou 21.552 habitantes, sendo 14.224 na área urbana e 7.328 na área rural.

Na cidade os equipamentos sociais, dependentes de recursos públicos, estavam funcionando em caráter precário. No setor educacional, por exemplo, os problemas residem na carência de recursos humanos notadamente pessoal qualificado para atender 21 escolas na cidade e 89 no interior; além disso, a baixa qualificação profissional e baixos salários dos professores, acabam comprometendo a qualidade do ensino ofertado. Contudo, a rede de ensino(estadual e municipal) oferece cursos normais do pré-escolar ao 2º grau completo(habilitação em magistério). Não há escolas particulares em Eirunepé. De outra forma, a população estudantil padece de uma grande frustração coletiva, em razão da falta de oportunidades de emprego, ou prosseguimento dos estudos, após conclusão do 2º grau. Na parte referente a saneamento básico e saúde pública, a situação é vexatória. Segundo informações da agência local da Cia. de Saneamento do Amazonas(COSAMA), apenas 5% da população urbana beneficiada com rede de esgotos. A água distribuída população considerada de qualidade imprópria ao consumo humano; por isso é bastante difundido entre os moradores de posses o uso de poço artesiano, que por sua vez, também, corre risco de contaminação via lençol freático, devido às proximidades de sanitários. A cidade dispõe de apenas um hospital público(estadual), que funciona beira do limite e sem condições básicas de atendimento cirúrgico. Há dois postos de saúde do município, mas não funcionavam. A Fundação Nacional de Saúde(federal) mantém uma agência local, mas que atua de forma limitada às atividades de imunização, vigilância sanitária, e controle de endemias. Segundo dados fornecidos pelo hospital regional de Eirunepé, as doenças mais freqüentes na região são as seguintes: parasitose intestinal, gastroenterites, hepatites, cirroses, malária, desnutrição(?), pneumopatias, hanseníase e leishmaniose. E recentemente já foram registrados casos de cólera e tétano.

No entanto, de um modo geral, o município apresenta uma razoável infraestrutura de equipamentos sociais, pois conta com representação das principais instituições públicas, dos três poderes e níveis do governo. Além das entidades públicas, há também, a atuação de algumas organizações particulares que lidam com a questão social, inclusive com a questão indígena. Entre esses casos podemos citar, associações de bairros, associação de pescadores, associação rural, associação comercial, sindicato rural, Conselho Indigenista Missionário(CIMI), Operação Padre Anchieta(OPAN), Projeto Canamari da Igreja Metodista, etc. As políticas e ações dessas entidades não-governamentais, geralmente, fundam-se em motivos ideológicos e idiossincráticos de natureza emulativa e aventureira, doutrinariamente contrários às diretrizes governamentais, que no final das contas promovem mais problemas do que a sinergia de esforços visando as soluções. Esse sintoma é patético na questão indígena. Por exemplo, é público e notório em Eirunepé, que a FUNAI é ausente, omissa e deficiente, no atendimento aos assuntos básicos dos indígenas(educação, saúde, auto-estima, auto-sustentação), constatou-se isso realmente; porém, sabe-se também que, esse grupo Canamari vem sendo assistido efetivamente pela OPAN e pelo Projeto Canamari da Igreja Metodista. Mas nem por isso tais problemas encontram-se em condições sequer razoáveis, visto que, a situação dos indígenas nesses tópicos é sofrível.

Em que pese as precariedades demonstradas no funcionamento dos equipamentos sociais, e dos mecanismos econômicos, em Eirunepé, na verdade esses problemas atingem a todos os segmentos da sociedade local, inclusive as comunidades indígenas. Todavia, o maior problema verificado no meio sócio-econômico, face a proposta de instalação da referida área indígena, de natureza político-social; ou seja, a grande maioria da população local manifestou-se, às vezes de forma clara e outras de forma velada, contrária a instalação da área indígena, basicamente, sob duas alegações seguintes: de que a criação de mais uma área indígena estrangularia o desenvolvimento do município; e de que há muita terra para pouco índio. E associado a essa última alegação, surgiram entidades que questionaram igual tratamento fundiário aos ribeirinhos e aos "sem-terras" de Eirunepé. Na verdade, é fácil notar que a maioria da população comporta-se, ideologicamente, de modo anti-índio, haja vista as posições de discriminação e marginalização em que colocam o elemento indígena, no contexto da sociedade local. Vale acrescentar também, que os poderosos políticos de Eirunepé, e adjacências, normalmente grandes proprietários de terras e comerciantes de produtos extrativos, manifestaram-se frontalmente contrários a legalização da terra indígena em pauta. Isso nos remete a uma posição de vulnerabilidade diante da nova ordem jurídica, ora exposta, mediante recente edição do Decreto 1.775/96, que agora incorpora ao processo de regularização de terras indígenas, a figura jurídica do contraditório. Tal fato requer um posicionamento firme, e capacidade de argumentação inquebrantável, por parte da FUNAI como defensora dos direitos dos índios, em demonstrar a verdades dos fatos, e assim promover a tal propalada "justiça social".

2.2.3.3. O Ambiente Interno : Aspectos Sócio-Econômicos da Área do estudo.

O grupo indígena contactado, Canamari da Aldeia Queimado, encontra-se composto por uma população total de 177 índios, que vivem tradicionalmente em função da pesca, de coleta de frutos silvestres, plantas medicinais, e de agricultura de subsistência. Percorrendo as roças dos indígenas, observou-se as seguintes plantações: mandioca, macaxeira, banana, ananás, caju, abacate, pupunha. A rigor, pelo que notou-se, esses índios não sofrem o problema de desnutrição; demonstraram sim problemas decorrentes da falta de ações básicas de profilaxia, visto que a dieta alimentar deles é bastante rica em valor protéico. E até o momento não verificou-se ainda, problemas ligados a carência ou escassez de produtos alimentícios imemorialmente consumidos pelos indígenas. Nesse sentido, a floresta representa uma fonte "inesgotável" de abastecimento para eles, diretamente, através dos diversos frutos silvestres, ou indiretamente, através dos animais silvestres que caçam. Atualmente, por imposição do processo de ocupação territorial instalado na região, esses indígenas são considerados meio sedentários e demonstram grau de contato intermitente com a sociedade envolvente. A área que ocupam, desde épocas imemoriais, fica cerca de 90 Km (estimativa) de distância da cidade de Eirunepé. Apesar de tudo, constatou-se que ainda são bastante fortes em seus valores culturais. Eles cultivam literalmente a língua máter, praticam o xamanismo, e fazem uso de plantas medicinais. Poucos dominam, com dificuldades, a língua portuguesa. No entanto, as proximidades com a cidade, seringalistas, fazendeiros e ribeirinhos, intensificou o processo de integração social desse grupo indígena e, com isso acarretou uma série de alterações drásticas, nos costumes tradicionais e no comportamento desses indígenas, que então passaram a incorporar novos hábitos e valores econômicos, adquiridos através dos contatos com os não-índios (cariús). Os cariús, por sua vez, passaram a explorar os

índios, e os recursos de suas terras, das mais variadas formas, tais como, o comércio ilegal de madeiras, o comércio ilegal de animais silvestres (vivos ou abatidos), inclusive os ovos, no caso dos bichos-de-casco; e a degradação social, pelo estímulo ao consumo de bebidas alcoólicas, pela prostituição explícita e velada das índias, pela transmissão de doenças, etc.

Naquilo que diz respeito à proteção e a assistência da FUNAI, ao referido grupo, a situação é de precariedade e caótica. O órgão indigenista oficial mantém um Posto Indígena, localizado na cidade de Eirunepé, que funciona sem as mínimas condições de prestar assistência, eficiente e eficaz, quanto mais proteção. Em razão disso, os indígenas encontram-se lançados à própria sorte, sem apoio e abandonados, quer seja na aldeia, ou em trânsito na cidade. E por necessidade de auto-afirmação, muitas vezes se acham compelidos a mascatear seus produtos extrativos, ou então, permitir a extração em suas terras, para poderem manter os novos hábitos introduzidos.

Segundo indicativos do levantamento fundiário realizado, foram encontrados 13 famílias, ocupantes não-índios, dentro da Área do estudo. No geral, esses ocupantes mantêm relações de vizinhança instáveis com os silvícolas, e vice-versa. Por isso mesmo, consideramos pertinente manifestar a seguinte preocupação ambientalista: A faixa de terras situada, a partir da confluência do Rio Jutai e seu afluente, até a sua cabeceira, da margem esquerda desse afluente para o interior da terra indígena, até uma cota máxima de aproximadamente 5 Km, correspondente aos ambientes de planície aluvial, encontra-se fortemente ocupada e alterada em suas condições mesológicas originais, em decorrência das ações implementadas por ribeirinhos e demais exploradores, notadamente, a exploração madeireira, a exploração da fauna e a expansão da fronteira agrícola, sobretudo nos terraços. De outro flanco, a margem direita do Jutazinho também encontra-se ocupada, e seus ocupantes igualmente desenvolvem as mesmas ações que seus vizinhos da margem esquerda. Inclusive, com suspeitas de estarem atuando dentro de uma outra área indígena, a Proposta de Terra Indígena Canamari do Matrinchã, cujo limite nordeste coincide com a margem direita do Jutazinho. Ademais, salvo engano nosso, as propostas anteriores não consideravam essa faixa ocupada pelos ribeirinhos da margem esquerda do Jutazinho dentro dos limites da Terra Indígena Vale do Javari. Todavia, o que se pretende colocar claramente nesta diagnose, refere-se ao não enquadramento dessa faixa de terras, retro-mencionadas, dentro dos limites da terra indígena em questão, pelos motivos a seguir expostos:

I. Há contrastes marcantes no cenário ambiental, entre o que se configura como terra indígena e terra não-indígena. São diferenças de marcos culturais. A terra indígena tradicionalmente é melhor manejada por seus habitantes. Enquanto que, na terra não-indígena prevalecem as práticas de depredação e rapinagem sobre a natureza que culminam com degradação ambiental, salvo as honrosas e raríssimas exceções. Nesse caso, considerando tais circunstâncias, a inclusão dessa faixa de terras no território indígena, serviria somente como um mau exemplo de manejo ambiental aos indígenas, que assim passariam a reproduzir tais modelos em suas terras. Aliás, o que muitos já estão praticando, mas numa escala ainda reduzida.

II. Pelas análises efetuadas dentro da terra indígena, considerando o grupo habitante nela, bem como, os indícios de grupos isolados mais a noroeste e ao centro da Área do estudo, essa faixa marginal esquerda do Jutazinho, ora bastante antropizada pelos ocupantes e residentes não-índios, em quase nada acrescentaria às necessidades

de sobrevivência e reprodução física e cultural dos indígenas, a não ser o fato opcional de usarem o leito do Jutaizinho como via de acesso à cidade de Eirunepé.

III. Ainda sob o prisma ambientalista, considerando a situação fundiária de boa-fé desses ocupantes, que lá vivem, morrem e lá mesmo se enterram, e não vislumbram outro meio de sustentação satisfatória além daquele que já estão acostumados. Portanto, a retirada desses ribeirinhos, ainda que sob uma indenização pucuniária, representaria a eles uma questão difícil, de vida ou morte; com um agravante, o próprio Estado Brasileiro gerando uma atmosfera de expectativas, baseada em dúvidas e incertezas, para essas famílias de brasileiros, e ao mesmo tempo, favorecendo condições conflituosas, de efeitos imprevisíveis, entre concidadãos índios e não-índios, todos brasileiros. A rigor, eis aí, o único e principal impacto ambiental que esta proposta poderá acarretar, exatamente no subsistema sócio-econômico.

Melhores informações, e esclarecimentos técnicos, a respeito dos aspectos etno-cultural do referido grupo indígena, podem ser obtidas no Relatório Final do Sr. Walter Coutinho, antropólogo coordenador deste GT.

III - LISTAGEM DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS.

Diante daquilo que verificou-se no campo, através dos levantamentos e observações, antes da revisão da proposta da área, identificou-se os seguintes problemas:

3.1. No meio físico.

Merecem destaque os componentes SOLO e ÁGUAS, devido o desenvolvimento de práticas prejudiciais a esses componentes, tais como:

- cultivo em locais inadequados, interceptando cursos d'água, em declives acentuados ou dentro das aldeias;
- derruba e queima descontroladas. Provocam alterações drásticas nas propriedades físico-químicas e micro-biológicas do solo, que resulta em perdas e depauperamento do solo e inundação;

3.2. No Meio Biótico e Ecossistemas Naturais.

- a caça e o comércio clandestinas de animais da fauna silvestre, notadamente o porquinho(caetetu) e veado, nesta época do ano. Essa prática provoca redução da biodiversidade faunística local e regional;
- o corte predatório e clandestino de espécies madeireiras, e em ambientes de várzea e terra-firme.

3.3. No Meio Sócio-Econômico.

Presentemente, verificou-se:

- pressões das atividades antrópicas desenvolvidas por não-índios no entorno da área proposta.

Naquilo que concerne a Impacto Ambiental, cabe esclarecer o seguinte: a rigor, o fato impacto ambiental, só ocorre em função do desenvolvimento de uma atividade ou projeto. Neste caso, a nossa proposta de área indígena, em virtude do seu caráter de estudos preliminares, praticamente sem ações impactantes significativas nos ambientes naturais, físico e biológico, só detectou impactos relevantes, positivos e negativos, atuais e futuros, no ambiente sócio-econômico, entre os quais destacam-se:

- proteção ambiental aos recursos naturais do município;
- geração de expectativas, e especulações de toda sorte, tanto para índios quanto para não-índios;
- reações políticas e sociais adversas a proposta;
- geração de conflitos entre índios e não-índios;

IV. ANALISE DOS RESULTADOS.

Pelo que podemos inferir, do estudo realizado, considerando todas as condicionantes ambientais da Área do estudo, os resultados alcançados indicam que há problemas sérios nessa área, os quais esto a exigir os equacionamentos devidos e as resoluções eficazes. Todavia, sob o enfoque da gestão ambiental, todos esses problemas podem ser superados. De um modo geral, constatou-se que no existe qualquer empecilho que, em termos ambientais, venha inviabilizar as fases ulteriores do processo de criação dessa terra indígena ora proposta. Exceto a não inclusão da faixa de terras, bastante antropisada, de que trata o item 2.2.3.3. deste Relatório.

V. SUGESTÕES.

Do ponto de vista ambiental, objetivando-se a exequibilidade das próximas fases do processo, sugerimos:

- 5.1. O desenvolvimento de estudos aprofundados e ampliados sobre os problemas encontrados e os impactos ambientais da proposta, e identificados, tendo em vista a definição das respectivas medidas mitigadoras;

- 5.2. A elaboração de um programa de controle ambiental dos impactos, utilizando as técnicas do geoprocessamento, via sensoriamento remoto;
- 5.3. O desenvolvimento e execução de um Programa de Auto-sustentação Econômica para esse grupo Canamari, de acordo com as potencialidades dos recursos ambientais e das demandas sociais da terra indígena;
- 5.4. O melhoramento da estrutura funcional da agência da FUNAI, em Eirunepé, objetivando um atendimento mais digno para os índios, quer seja na aldeia, quer seja em trânsito na cidade;
- 5.5. A elaboração de um projeto de controle ambiental, que contemple a operações de abertura de picadas-limites da terra-indígena, por ocasião da atividade de demarcação da referida área.

VI. CONCLUSÕES.

Diante dos resultados alcançados, no levantamento e nas observações, anteriormente expostos, conclui-se, do ponto de vista ambiental, pela exequibilidade da proposta de homologação da Terra Indígena Canamari, de que trata a Port. Nº 158/96, ora em discussão.

Assim sendo, e considerando as circunstâncias evidenciadas, e vivenciadas por este GT, é de se esperar que, pela caracterização do ambiente necessário à manutenção da vida da população silvícola, seja possível se harmonizar os interesses conflitantes, em questão, sem prejuízos das partes envolvidas; bem como, seja factível se concretizar, a curto prazo, o interesse maior em tela representado pelo reconhecimento oficial da aludida terra indígena, na verdade, o coroamento do êxito dos trabalhos realizados, mediante o acatamento da proposta ora apresentada, e defendida, por este Grupo Técnico.

VII. AGRADECIMENTOS.

Gostaria de registrar agora, meus agradecimentos aos índios Canamari Aoim Kanamari(Euclides), Waru Kanamari(Souza), Dariwua Kanamari(Juraci), que participaram conosco nesta empreitada, pelo apoio e acolhida na execução dos serviços de campo, especialmente na instalação das unidades de amostra, bem como, na identificação prática das espécies botânicas; além de outras informações que enriqueceram sobremodo a este trabalho.

Belém-PA, 29 de agosto de 1996.


RICARDO LUIZ DA SILVA COSTA

Eng Florestal/Especialista em Gestão Ambiental

Membro do GT VALE DO JAVARI/PORT. Nº 158/09.04.96/FUNAI.

VIII. OBRAS CONSULTADAS.

- **BRASIL**, Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Direito do Meio Ambiente e Participação Popular - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Brasília: IBAMA, 1994.
- **CENTRO Ecumênico de Documentação e Informação**, São Paulo. Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90. São Paulo, CEDI, 1991.
- **COLETÂNEA de Legislação Ambiental Federal**, IBAMA, 1992.
- **COSTA**, Ricardo Luiz S. - **Estudo sobre a Problemática Ambiental da Atividade Madeireira no Estado do Pará: o caso de Itupiranga**. Monografia - Curso de Especialização em Gestão Ambiental - Universidade Federal do Pará - Núcleo de Meio Ambiente: PROFIMA I. Belém, UFPa, 1992.
- **DIAGNÓSTICO Geoambiental e Sócio-econômico**/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Geociências [e] Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: IBGE, 1990-1994. Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas - PMACI-II.
- **IHERING**, Rodolfo Von. **DICIONÁRIO dos Animais do Brasil**, Editora Universidade de Brasília. São Paulo, 1968.
- **PANDOLFO**, Clara - A Floresta Amazônica Brasileira: Enfoque Econômico-Ecológico. Belém, SUDAM, 1977.
- **PROJETO RADAMBRASIL** - Folha SB.19 JURUÁ - Vol. 15, 1977.
- **RECURSOS Naturais e Meio Ambiente: Uma Visão do Brasil** / Sueli Sirena Calderon - Coordenadora. Rio de Janeiro: IBGE - Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1992.
- **RELATÓRIO do Levantamento dos Grupos Indígenas do Vale do Javari** - G.T. Javari/Port. Nº 1.848/E. Brasília, 1985.
- **RELATÓRIO Final** - G.T. Canamari/Port. Nº 1.152. Referência: Diagnóstico Ambiental. Belém, 1995.
- **SILVA**, Marlene Freitas de - **Nomes Vulgares de Plantas Amazônicas**. Belém, INPA, 1977.



Fundação Nacional do Índio — FUNAI
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

MEMO S/Nº GT/VALE DO JAVARI

Manaus, 27 de maio de 1996

Sr. Administrador,

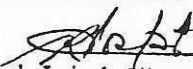
Em nossa passagem pela Aldeia Queimado, região do Alto Jutai, habitada pelos índios Canamari, por ocasião dos trabalhos de campo do GT Vale do Javari (Port. 158 de 09.04.96), constatamos a existência de um comércio ilegal de madeiras, especialmente do Cedro, que já vem grassando livre e impunemente dentro da referida Terra Indígena; além disso, verificamos também o quão é torpe e viciosa a exploração do "patrão-madeireiro" sobre os índios, conforme atestam as notas, em anexo, que me foram entregues pelos índios (identificados nas notas), na esperança de verem ressarcidos seus prejuízos, uma vez que sentem-se lesados pelo "patrão". Tais ações, feitas ao arrepio da lei, segundo declarações dos próprios índios, vêm sendo promovidas pelo Sr. CARLOS GOMES DA SILVA, mais conhecido na região pela alcunha de Carlito Garrancho.

A guisa de ilustração, por exemplo, os índios Aoim, Doriwua entre outros têm saldo a receber, porém, o Sr. Carlito, que já recebeu a madeira dos índios, simplesmente sumiu, não dando mais qualquer satisfação. É possível que retorne a terra indígena somente na safra do ano que vem, para novamente ludibriar aos índios e por extensão ao Patrimônio da União.

Face ao exposto, solicitamos a V.Sa., as providências necessárias e cabíveis, na forma da lei, no sentido de fazer valer os direitos dos indígenas ludibriados; bem como, fazer cessar o desenvolvimento de atividades madeireiras ilegais e predatórias dentro daquela terra indígena.

Na certeza do vosso empenho e zelo no encaminhamento e solução das questões indígenas, apresento votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Ricardo Luiz da Silva Costa
Membro do GT Vale do Javari
Port. 158 de 09.04.96

P.S: O Sr. Carlito Garrancho reside em Manaus e fornece madeira a Serraria Hore, de propriedade do Sr. Moisés Israel no bairro de Aparecida; assim como, a serraria do Sr. Togos Soares (esse cidadão é dono de uma rede de lojas de tintas em Manaus - a Togos Tintas).

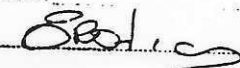
c/cópia ao Coordenador do GT Vale do Javari - Port. 158 de 09.04.96)

ANEXO - II

Recb:

Em 28/05/96



FUNAI	
RECEBUE	DATA
Em	
Fio	
	

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIA Nº 158, DE 9 DE ABRIL DE 1996

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições, conferidas pelo art. 21, item VII do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 564, de 8 de junho de 1992, e de conformidade com o Decreto nº 1773, de 8 de janeiro de 1996, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo Técnico com a finalidade de complementar os trabalhos determinados pela Portaria nº 0174/PRES/95, de 10 de março de 1995, para revisão e atualização dos dados referentes a Terra Indígena Vale do Javari, composto por:

- 1) WALTER ALVES COUTINHO JUNIOR, Antropólogo-Coordenador, lotado no DID/DAF/FUNAI;
- 2) SEBASTIÃO CARLOS BAPTISTA, Engenheiro Agrimensor, lotado na ADR/MAO/FUNAI;
- 3) IDELFONSO DE SOUZA CAVALCANTE, Técnico Agrícola, lotado na ADR/MAO/FUNAI;
- 4) RICARDO LUIZ DA SILVA COSTA, Engenheiro Florestal, lotado na ADR/BEL/FUNAI;
- 5) FRANCISCO DE ASSIS TRINDADE MARTINS, Engenheiro Agrônomo, lotado no IFAM/AM.

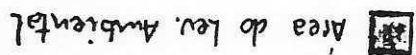
Art. 2º Determinar o deslocamento do Grupo Técnico à T. I. Vale do Javari, localizada nos municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Estirão do Equador, Jutai e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas.

Art. 3º Determinar o prazo de trinta dias para a execução dos trabalhos de campo e noventa dias para a entrega do relatório, a contar do término dos trabalhos de campo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

JULIO MARCOS GERMANY GAIGER

Orelha de burro	Niconia elaeagnoides	lenhosa	adulto/jovem	arbóreo/dominante	estêo; caibro; barroto	---
Omã-roroni	não identificada	lenhosa	adulto/jovem	arbóreo/co-dominante	---	---
Pau d'arco	Tabebuia serratifolia	lenhosa	adulto/regeneração	arbóreo/co-dominante	farmaco; alucinogenos	---
Pau de lenha	não identificada	lenhosa	adulto	arboreo/dominante	farmaco	serrados
Pau formiga de fogo	não identificada	lenhosa	adulto	arbóreo/co-dominante	combustível(lenha)	---
Paricarana	Bowdichia virgilioideas	lenhosa	adulto	arbusto/oprimido	arco; linha; caibro	---
Pataú	Jessemia bataua	palmeira	adulto	arbusto/oprimida	---	---
Paxiuba	Socratea exorrhiza	palmeira	adulto	arbóreo/co-dominante	cobertura, alimentícia	---
Paxiubarana	não identificada	palmeira	adulto	arbusto/co-dominante	soalhos; paredes; cercas	---
Paxiubinha	Iniartella setigera	palmeira	adulto	arbusto/oprimida	soalhos; paredes; arcos	---
Pimenta de lontra	Ouratea spp.	lenhosa	adulto	arbusto/oprimida	soalhos; paredes; cercas	---
Seringarana	não identificada	lenhosa	adulto	arbusto/oprimida	banho tira panemeira	---
Seringueira	Hevea brasiliensis	lenhosa	adulto	arbóreo/co-dominante	---	---
Sucupira-amarela	Bowdichia nitida	lenhosa	adulto	arbóreo/dominante	látex	látex
Taquari da terra-firme	Mabea caudata	lenhosa	adulto	arbóreo/dominante	---	serrados; painéis; parquet.
Ubim Bravo	Geonoma deversa	palmeira	adulto	arbusto/oprimida	---	---
Ucuúba da várzea	Virola surinamensis	lenhosa	adulto	arbusto/oprimida	cobertura, painéis	idem
Ucuúba punã	Iryantera tricornis	lenhosa	jovem/adulto	arbóreo/dominante	---	serrados, painéis e compensados
Ucuúba da mata	Virola venosa	lenhosa	jovem/adulto	arbóreo/dominante	---	idem
Caicho	Castilloa ulei	lenhosa	jovem/adulto	arbóreo/co-dominante	---	serrados
Cedro	Cedrela odorata	lenhosa	adulto	arbóreo/dominante	látex, frutos comestíveis	látex
Cedrorana	Cedrelinga cateniformis	lenhosa	jovem/adulto	arbóreo/dominante	fármaco (adstringente e febrífugo)	madeira de 1ª qualidade
Jutai-açu	Hymenae courbaril	lenhosa	adulto	arbóreo/dominante	---	madeira serrada em geral
Paricarana	Enterolobium schomburgkii	lenhosa	adulto	arbóreo/dominante	fármacos, frutos comestíveis e ca-lafetagens de canoas	madeira serrada usos diversos
Carapanauá	Aspidosperma oblongum	lenhosa	adulto	arbóreo/dominante	---	construções em geral
Cipó Ambé	Philodendron spruceanum	liana sub-lenhosa	adulto	arbóreo/dominante	estêo, remo, lenha e medicinal	construções em geral
Jarana	Holopyxidium jarana	lenhosa	adulto	arbóreo/dominante	confeção de cestos e paneiros	---
					---	carpintaria, dormente, estacas, etc.



FONTE: Projeto RADAMBRASIL. Volume 15, 1977.

ANEXO - IV - TABELA 1
PARAMETROS QUALITATIVOS DE VEGETAÇÃO INVESTIGADA, COLETADOS NO LEVANTAMENTO FLORÍSTICO DE
RECONHECIMENTO DA FLORESTA
INDÍGENA CANAMARI - PARTE LESTE DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARÍ

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	FENÓTIPO	ESTÁGIO DE CRESCIMENTO	ESTRATO/POSIÇÃO FITOSOCIOLOGICA	USOS	
					INDÍGENA	NÃO INDÍGENA
Aburana casca mole	Pouteria Spp.	lenhosa	adulto	arbóreo / dominante	fruto comestível; caníço	madeira serrada
Aburana ferro	Chrysophyllum prienii	lenhosa	adulto	arbóreo / dominante	fruto comestível; esteio	madeira serrada
Aburana branca	Micropholis venulosa	lenhosa	adulto	arbóreo / dominante	fruto comestível; caibro	madeira serrada
Abiu brabo	Pouteria Spp.	lenhosa	adulto	arbóreo / dominante	material de construção	madeira serrada
Açaizeiro	Euterpe oleracea	palmeira	jovem / adulto	arbóreo	frutos; material de construção	frutos; material de const.
Acariguara	Geissospeium sericeum	lenhosa	jovem	arbustivo/co-dominante	farmaco(casca); esteio	esteio
Amapati	Cecropia seydophylla	sublenhosa	adulto	arbóreo / dominante	frutífera	----
Amaralinho	Pogonophosa sp.	lenhosa	adulto	arbóreo / dominante	frutífera; caibro	madeira serrada
Amesclão	Tetragastris trifoliolata	lenhosa	adulto	arbóreo / co-dominante	---	madeira serrada
Andiroba	Carapa guianensis	lenhosa	jovem / adulto	arbóreo/co-dominante	farmaco	madeira serrada/laminados
Apurú	Alimbertia edulis	lenhosa	regeneração	arbustivo/optimida	esteio; caibros; frutos	---
Aratapari da terra-firme	Macrobium acacifolium	lenhosa	jovem/adulto	arbóreo/co-dominante	caibro e farmaco	---
Babaçu	Orbignya speciosa	palmeira	adulto	arbóreo/co-dominante	cobertura; alimentício; repelente	indústria alimentícia; cosmética
Bacaba	Democarpus bacebe	palmeira	adulto	arbóreo/co-dominante	alimentício	alimentício
Bacaburana	não identificada	palmeira	adulto	arbóreo/co-dominante	alimentício	---
Bacuri azedo	Rhedia floribunda	lenhosa	adulto	arbustivo/optimida	alimentícia	---
Banana brava	Ravenala guyanensis	herbacea	adulto	herbaceo/suprimida	folhas p/cobertura e moquém	---
Bonitá	não identificada	lenhosa	adulto	arbóreo/dominante	frutífera; madeira roliça	---
Cabeça de pacá *	não identificada	lenhosa	adulto	arbustivo/optimida	frutífera	---
Canela de velho	Miconia spp.	lenhosa	adulto	arbustivo/optimida	linha; esteio; caibro; lenha	---
Caripé	Licania Spp.	lenhosa	adulto	arbóreo/dominante	no preparo de cerâmica; lenha	madeira serrada
Castanha ouriço	não identificada	lenhosa	adulto	arbóreo/dominante	alimentício; envira; madeira roliça	---
Cipauba	não identificada	lenhosa	jovem/regeneração	arbóreo/dominante	madeira roliça	---
Cipó bôto	não identificada	liana	adulto	epífita/co-dominante	farmaco anti-malário; hepatic	---

Alcides